

## ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA ANTIRRACISTA NA ESCOLA

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior<sup>1</sup>

**Resumo.** Este artigo tem como objetivo elucidar algumas estratégias didático-pedagógicas que consideramos importantes para construir uma geografia antirracista na escola, considerando-se que a ciência geográfica potencializa as discussões sobre as relações étnico-raciais, dentre outras abordagens primordiais para a efetivação de uma educação antirracista na escola. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica como procedimento metodológico, apropriando-se de leituras e diálogos com autores e atores educacionais para pensarmos em uma educação antirracista. Dialogamos com Anjos (2005, 2009), Santos (2002), Santos (2009), Ribeiro (2019), Gomes (2005), Manoel (2019), Kilomba (2019), Ratts (2006), Nogueira (2018), dentre outros autores como aporte teórico. Enquanto considerações provisórias, pode-se afirmar que ainda devemos avançar em práticas pedagógicas antirracistas, rever conteúdos, rever currículo, modificar a cultura escolar, fortalecer a formação inicial e continuada, além de socializar o debate em todos os espaços possíveis para que seja possível construir um processo de luta e de formação antirracista, principalmente na escola e em outros espaços educativos.

**Palavras-chave:** Relações raciais; Geografia escolar; Estratégias; Formação política.

### STRATEGIES FOR THE CONSTRUCTION OF AN ANTIRACIST GEOGRAPHY IN SCHOOL

**Abstract.** This article aims to elucidate some didactic-pedagogical strategies that we consider important to build an anti-racist geography at school, considering that geographic science enhances discussions on ethnic-racial relations, among other fundamental approaches to the realization of an anti-racist education at school. For that, a qualitative bibliographic research was used as a methodological procedure, appropriating readings and dialogues with authors and educational actors to think about an anti-racist education. We dialogued with Anjos (2005, 2009), Santos (2002), Santos (2009), Ribeiro (2019), Gomes (2005), Manoel (2019), Kilomba (2019), Ratts

---

<sup>1</sup>Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus de Crateús-CE. Especialista em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão pela Faculdade Maciço do Baturité (FMB). arnobiojr07@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1766-7672>.

(2006), Nogueira (2018), among others as theoretical support. As provisional considerations, it can be said that we must still advance in anti-racist pedagogical practices, review content, revise curriculum, modify school culture, strengthen initial and continuing education, in addition to socializing the debate in all possible spaces so that it is possible to build a process of struggle and anti-racist training, especially at school and in other educational Spaces.

**Keywords:** Race relations; School geography; Strategies; Political formation.

### ESTRATEGIAS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA GEOGRAFÍA ANTIRACISTA EN LA ESCUELA

**Resumen.** Este artículo tiene como objetivo dilucidar algunas estrategias didáctico-pedagógicas y políticas que consideramos importantes para construir una geografía antirracista en la escuela, considerando que la ciencia geográfica potencia las discusiones sobre racismo, relaciones étnico-raciales, temas afrobrasileños e indígenas, entre otros enfoques primordiales para la realización de la educación antirracista en la escuela. Para ello, se utilizó como procedimiento metodológico la investigación cualitativa de carácter bibliográfico y documental, apropiándose de lecturas, diálogos con autores y actores educativos y documentos que sustentan temas tan pertinentes para pensar la educación antirracista. Como consideraciones provisionales, se puede decir que aún falta avanzar en las prácticas pedagógicas antirracistas, revisar contenidos, revisar currículum, modificar la cultura escolar, fortalecer la educación inicial y continua y socializar el debate en todos los espacios posibles para que sea posible Construir un proceso rizomático de lucha y formación antirracista, principalmente en la escuela y en otros espacios educativos.

**Palabras clave:** Racismo; Geografía escolar; Estrategias; Formación política.

#### Primeiras considerações

Esta produção acadêmica é fruto de reflexões sobre a geografia escolar e as relações étnico-raciais no contexto da escola e para além dos muros da escola, da atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa Residência Pedagógica (PRP), das discussões realizadas no âmbito da academia e de outros debates construídos em eventos científicos, rodas de conversas e, sobretudo, a partir de estudos formativos na licenciatura em geografia, visto a necessidade de estarmos garantindo a aplicabilidade das leis nº 10.639/03 e 11.645/08 no ensino de geografia.

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Consideramos que a geografia potencializa as discussões sobre as relações étnico-raciais, nos instigando a entender como as relações raciais se manifestam no espaço. É preciso que nos apropriemos da geografia enquanto uma ciência multidisciplinar para que possamos construir categoricamente, conceitualmente e linguisticamente os conceitos geográficos que são basilares para a construção do raciocínio geográfico, ensejando as discussões das questões étnico-raciais, uma vez que Santos (2009) nos chama a atenção para o fato de que o racismo e as relações raciais estão grafadas no espaço.

Além disso, Nogueira (2018) é perspicaz ao elucidar que “[...] a raça é um dos fatores que define quais lugares serão prestigiados e quais serão estigmatizados, criando uma relação dialética entre território e lugar social” (p. 205). Enquanto professores de geografia, é imprescindível pensar em mecanismos de combate ao racismo e de luta que também se fazem no espaço, de modo a tornar a escola mais plural e um espaço de convivência, de relações afetuosas onde o respeito a diferença possa prevalecer, que a escola possa ser espaço de afeto e de reconhecimento da existência de outras pluralidades possíveis.

Pensar uma geografia antirracista é pensar em romper estruturas, romper lógicas, práticas pedagógicas, raciocínios, e rever discursos, visto que ainda estamos presos a uma ciência colonizada (PORTO-GONÇALVES, 2009). Por isso mesmo, faz-se necessário que os professores de geografia consigam sair da zona de conforto – e aqui me incluo nesta reflexão – e busquem criar estratégias e mecanismos para a construção de uma geografia que entenda a necessidade de pautar os outros sujeitos que foram e são historicamente esquecidos no campo da academia e da escola, invisibilizados enquanto protagonistas da construção territorial e cultural do Brasil, e politicamente rotulados e estigmatizados.

Só será possível construir uma educação para a “igualdade racial” quando houver na escola, profissionais incomodados e sensibilizados sobre todas estas questões que transcendem os nossos espaços de vida. Quando houver profissionais que entendam a necessidade de construir uma educação numa outra perspectiva epistêmica e cosmológica. Quando perceberem a potencialidade e contribuição da geografia para

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

discutir a dimensão racial que estrutura o todo, considerando-se que as estruturas estão/são racializadas e enxergando os diversos projetos de territórios.

Contudo, a escola não é o único espaço e/ou estrutura que precisamos disputar para efetivar o processo de construção de uma sociedade antirracista, mas a escola é um dos primeiros lócus que devemos ocupar e transformar, visto que o currículo incide sobre um modelo de sociedade e de sujeito. A escola, em sua totalidade, é um espaço onde transita tendências e pedagogias, e é de extrema importância disseminar a pedagogia que seja em movimento, permitindo capturar todos os sujeitos que ocupam os bancos escolares.

É nesse sentido que este artigo tem como objetivo elucidar algumas estratégias didático-pedagógicas que consideramos importantes para construir uma geografia antirracista na escola. É tempo de mover as estruturas que ainda são racistas, conservadoras e patriarcais. Para isso precisamos começar a discutir numa ampla perspectiva, a partir de um diálogo interdisciplinar, que de fato nos permita estabelecer relações analíticas, entender o texto e o contexto. É buscar revisitar a história para melhor compreender o presente.

Dialogar de forma interdisciplinar para que os estudantes sejam protagonistas e interlocutores no processo de ensino e aprendizagem. É buscar construir práticas pedagógicas que compreenda todas as diferenças na/da escola. Disto isto, a geografia assim como outros componentes, devem se apropriar da pauta racial como objeto para pesquisa, visto que “[...] o racismo opera criando, recriando, reproduzindo, aprofundando e perpetuando desigualdades sociais” (SANTOS, 2009, p. 31). As desigualdades no espaço, principalmente no espaço urbano, são reflexos do quanto o racismo tende a capacidade de fragmentar a sociedade, operando no sentido da exclusão entre classes sociais.

Ou seja, as desigualdades sociais tendem a isolar as classes sociais em territórios distintos, uns privilegiados e outros que sofrem pela perversidade sistêmica do racismo. Logo, a geografia escolar, aqui entendida como um componente da educação formal e obrigatória, prevista pela Constituição Federal (CF) e pela Lei de Diretrizes e Bases da

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.347

Educação (LDB), deve buscar evidenciar e potencializar a discussão sobre o racismo a partir da ênfase na educação para as relações étnico-raciais. Compreendendo todo o escopo da geografia, é possível e necessário abordar as relações raciais que constituem as dinâmicas sociais brasileira, tomar o espaço geográfico como um verdadeiro objeto para pesquisa, “[...] mas pensar esse espaço geográfico como um instrumento de reflexão sobre as próprias relações raciais, através do desvendamento das espacialidades das práticas do racismo, por exemplo” (SANTOS, 2009, p. 30).

Nesse sentido, esta produção acadêmica recorreu à pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica como procedimento metodológico. Fonseca (2002) sistematiza reflexões sobre a pesquisa qualitativa e nos convida a pensar que todo trabalho acadêmico necessita de uma revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa possibilita estender os diálogos de formação e é um instrumento essencial para criar novos materiais de/para estudo, enriquecer o repertório sociocultural dos pesquisadores, dos professores e dos estudantes.

Abordar as relações étnico-raciais no âmbito da geografia requer que as instituições de ensino evidenciem problemáticas teórico-metodológicas entorno da etnicidade e do racismo, da história, memória e cultura dos povos africanos, quilombolas, indígenas, dentre outras pluralidades.

Nesta perspectiva, este trabalho é de extrema relevância, pois contribui para a luta antirracista na medida em que sistematiza estratégias de construção de uma geografia antirracista na escola, é um trabalho que coloca em questão a importância de estarmos contribuindo para uma educação plural. Torna-se relevante, a partir do momento que entendemos a importância de dar visibilidade a estes grupos sociais que ainda são esquecidos e menosprezados por uma ciência colonizada. É dever histórico estar dando visibilidade a estas vozes que participaram do processo de construção territorial do Brasil etc., e devemos compreender que “o antirracismo é uma luta de todos e todas” (RIBEIRO, 2019, p. 15).

### **Tensionamentos sobre algumas reflexões já construídas para a luta antirracista**

Antes de pensarmos exatamente quais as estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola, faz-se necessário refletirmos sobre alguns caminhos e sistemáticas já construídas no campo da educação pela filósofa Djamila Ribeiro. Suas reflexões abrangem a totalidade da educação e do pensamento antirracista. No entanto, para pensarmos numa geografia antirracista, precisamos estruturar estratégias pontuais no campo da formação e da totalidade da ciência geográfica. As abordagens construídas por Djamila Ribeiro nos convidam a perceber que o racismo é estrutural, portanto, cabe a nós entender que a luta antirracista é uma luta coletiva e anticapitalista.

Afirmamos ser anticapitalista porque o racismo opera fortemente na sociedade capitalista, embora seja um projeto colonial anterior ao surgimento do capitalismo enquanto sistema social, econômico e político, e se reproduz por meio de políticas capitalistas que converge com o modelo de democracia burguesa que vivemos. Este tipo de sociedade, de política e de projeto necessita do efetivo processo de exploração que perpassa o campo das opressões para a manutenção da geração de riqueza, do acúmulo de capital, da concentração de renda nas mãos de poucos. Estes poucos que não são rotulados como minorias. Na verdade, este rótulo e estigma, são projetados aos povos historicamente marginalizados, que se encontra em condições perversas, em locais desassistidos pelas políticas públicas, que quando acionadas não chegam para todos no interior da periferia capitalista.

“Existem evidências de que o contingente populacional negro no Brasil não é minoria, e essa é mais uma estratégia do sistema de classificar os grupos discriminados como minorias, fazendo supor que eles atingem um número de pessoas menor que o de fato, utilizando-se de artifícios numéricos” (ANJOS, 2009, p. 116). Este rótulo é aplicado a todos os grupos sociais discriminados com o intuito de negar seus protagonismos na história brasileira e de negar que são sujeitos políticos, que fazem política, questionam a ordem e balançam as estruturas.

Evidentemente, as colocações de Djamila Ribeiro são extremamente necessárias para construir a luta antirracista. Ribeiro (2019) ressalta de imediato, que devemos nos

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

informar sobre o racismo como uma das primeiras reflexões para a luta antirracista, construindo o processo de autoquestionamento. Contudo, é importante notar que a verdadeira reflexão sobre a luta antirracista a partir do autoquestionamento só será construída efetivamente se tivermos consciência de que vivemos numa sociedade capitalista, onde as estruturas são racializadas, entendendo que o racismo é um dos principais elementos que devemos considerar para entendermos que há uma segregação racial entre brancos e negros, pretos e pardos, e perceber que há um padrão de ocupação nos espaços urbanos, por exemplo.

Neto e Riani (2009) evidenciam que as desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana é gigantesca, onde a proporção de negros ocupando aglomerados subnormais em algumas capitais brasileiras é quase o triplo da proporção de brancos. A política do autoquestionamento deve perpassar estas reflexões que são urgentes para o enfrentamento ao racismo e para a construção de uma formação qualificada em geografia. Ressalta-se que o autoquestionamento precisa está ancorado na consciência dos sujeitos, visualizando que a consciência não está dada, mas é um processo de autonomia intelectual, pedagógico, político e cultural. É essencial que tenhamos consciência e uma formação política revolucionária, só assim poderemos evitar a reprodução das opressões e das violências.

Conforme Almeida (2019), o racismo perpassa o inconsciente dos sujeitos, por isso da importância de termos consciência sobre este sistema que nega as humanidades. A autora faz muitas instigações sobre a luta antirracista, válidas para se pensar numa mudança do *status quo*. Então, reconhecer a negritude é um passo para construir a luta antirracista. Ou seja, precisamos reconhecer a diferença e não aniquilá-la, haja vista que vivemos numa sociedade racializada, onde a divisão do trabalho é baseada na racialização dos indivíduos e dos grupos humanos (MANOEL, 2019). É importante discutirmos o racismo numa perspectiva histórica, entendendo o presente, e disputando as hegemonias enquanto classe trabalhadora.

Não podemos pensar a categoria raça dissociada de classe. Muitos fatos evidenciam que a raça é um mecanismo determinante para a estruturação da sociedade brasileira, da espacialização das desigualdades socioeconômicas evidenciadas no espaço. A discussão  
Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

sobre o racismo exige que seja colocado em pauta o debate sobre a branquitude<sup>2</sup>, visto que “o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de ser reconhecer como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas” (RIBEIRO, 2019, p. 36). Esta proposição chama a atenção para o fato de que as pessoas brancas devem se tornar aliadas à luta antirracista, reflexão que ilustra o quanto as estruturas são racializadas e colocam um determinado grupo social no topo da pirâmide.

Sabe-se, no entanto, que não basta que as pessoas brancas se reconheçam como pessoas privilegiadas, mas é preciso que estas possam denunciar e fazer enfrentamentos ao modo de produção capitalista. Há a necessidade de se organizar enquanto classe e criar projetos emancipatórios ancorados numa rígida formação política revolucionária que busquem romper com a lógica moderno-colonial<sup>3</sup> e que visem fortalecer e criar as perspectivas para outro modelo de sociedade. As atitudes antirracistas devem ser ações coletivas, orientadas e organizadas contra a política genocida do capitalismo. Dizer-se antirracista é uma ação retórica simples, às vezes sem muita reflexão e entendimento sobre o que seja o racismo, em que praticamente muitas pessoas quando questionadas se são racistas ou não, afirmam não serem racistas, mas conseguem “perceber” que o racismo existe (SCHWARCZ, 2007).

Para a concretude de atitudes antirracistas é necessário um estudo sobre o racismo e suas dimensões. Por isso, entendemos que é importante que os sujeitos se organizem enquanto classe e possam se instruir sobre esse sistema de opressão que perpetua significativamente as desigualdades socioeconômicas na sociedade. A ideia de que devemos reconhecer a existência dos privilégios da branquitude é outra questão basilar

---

<sup>2</sup> Cardoso (2014) conceitua a branquitude como um sistema de privilégios raciais, simbólicos e materiais além de ser o lugar mais elevado da hierarquia social. Consultar: CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. Tese de doutorado, (Pós-graduação em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115710>.

<sup>3</sup> Quijano (2009), afirma que a raça é um instrumento de dominação colonial moderna produzida no período de formação da América. Consultar: QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal de raça?. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. (Org.). 2º edição. Belo Horizonte: editora gutenberg, 2009.

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

para os enfrentamentos antirracistas. É fundamental que as pessoas brancas percebam suas posições de privilégios, além de denunciar a sistematização social destes privilégios, de modo a lutar pela fragmentação desta cadeia de privilégios que se sistematizam em rede.

Assim, não é só reconhecer os privilégios da branquitude, mas precisamos fazer tensionamentos sobre essa cadeia de privilégios que de forma estrutural naturaliza a ausência de pessoas negras em posição de poder em vários ambientes de trabalho, bem como naturaliza a violência simbólica nestes espaços. Considerando que o racismo é estrutural, entende-se que esta prática discriminatória está introjetada nos nossos cotidianos, disseminada, criada, e reproduzida a partir de nossas atitudes, ações e movimentos.

Portanto, como elucida a autora, é importante perceber o racismo internalizado em nós. Enquanto sociedade, ainda não estamos dispostos a romper com essa política de morte, de domesticação e de marginalização dos corpos negros etc., pois necessita que saíamos da zona de conforto, renunciando privilégios e construindo instrumentos e possibilidades que possam dar espaço e visibilidade a estes grupos historicamente discriminados.

A educação é um dos espaços que devem ser disputados pela classe trabalhadora, visto a lógica e existência da luta de classes, oportunizando assim a sistematização de uma educação numa outra perspectiva epistêmica, que entenda a importância e necessidade das leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Brasil (2003; 2008) garante a aplicabilidade de temáticas de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e indígena nas redes de ensino, de modo que os professores possam combater os estereótipos e estigmas (BRASIL, 2004). Portanto, a escola deve explorar essas exigências e complexidades no espaço da sala de aula e em outros momentos formativos, a exemplo da semana pedagógica, planejamento de professores, projetos interdisciplinares, dentre outras ações.

É a partir de um processo de educação e saberes afro referenciados que o estudante se tornará interlocutor, protagonista e sujeito, sensibilizando-se sobre o racismo e entendendo que temos muito o que construir para a luta antirracista. Caso não

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

consigamos almejar uma educação rigorosa, onde pesquisa e ensino devem ser entendidos como par dialético, não será possível traçarmos estratégias de combate ao racismo. Assim, para percebermos o racismo internalizado em nós, precisamos construir uma educação crítica, analítica e interdisciplinar, que não nos domestique.

Logo, a geografia e não só esse componente curricular, deve vislumbrar mecanismos específicos para a construção de uma educação antirracista. Como já ressaltado no início do texto, este componente tem muito a contribuir para a luta antirracista. No entanto, ressaltamos que:

Apesar dos avanços nas últimas décadas referentes a questão racial no Brasil, esta categoria ainda não é considerada estruturante da sociedade, inclusive na Geografia. Em boa parte fundamentada no materialismo dialético marxista, a Geografia brasileira tende a não discutir outros pontos além da classe social como fator da desigualdade sócio-espacial, naturalizando as desigualdades raciais e a forma em que mecanismos que as mantêm atuam na sociedade (NOGUEIRA, 2018, p. 205).

A geografia possibilita espacializar às desigualdades sociais criadas, perpetuadas e aprofundadas pelo racismo. Portanto, é um dever histórico que temos em contribuir com a questão racial e não somente ao tratarmos de eventos históricos pontuais. Apoiar as políticas afirmativas é também um dever de todos e todas. Falar de cotas, por exemplo, é falar de oportunidades para esses grupos sociais discriminados (RIBEIRO, 2019). Apoiar as políticas educacionais afirmativas, como resalta a autora, é essencial para a consolidação de caminhos estratégicos de combate ao racismo. Temos que concordar em desconstruir a cultura do mérito, perpetuada por uma política capitalista, que cotidianamente desvaloriza a universidade pública que atende as demandas e necessidades científicas em prol da sociedade.

Além disso, Ribeiro (2019) aponta a necessidade que temos em transformar nosso ambiente de trabalho, caso estejamos comprometidos com a luta antirracista. Para tanto, antes é preciso tensionar a estrutura e a cultura racista, patriarcal e capitalista. Vejamos que há a necessidade da luta antirracista ser também uma luta anticapitalista.

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Não se muda o *status quo* com a criação de políticas conciliatórias no ambiente de trabalho entre brancos e negros.

Outro ponto evidenciado pela autora, diz respeito à necessidade de lermos autores negros. Esta reflexão será também suscitada ao falarmos das estratégias no campo da geografia. A universidade e a escola precisam enegrecer seus currículos, construir um diálogo numa outra visão cosmológica, contar as histórias a partir de outras linguagens, gramáticas e narrativas, a partir de outro centro de conhecimento. É sabido que a universidade é também espaço de violência e de repressão as vozes negras ainda invisibilizadas.

Como acadêmica, por exemplo, é muito comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* o residem. “Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*”, “muito *pessoal*”; “muito *emocional*”; “muito *específica*”; “Esses são  *fatos objetivos*?” (KILOMBA, 2019, p. 51).

O apagamento da produção científica de corpos negros é sistematizado na universidade, onde há também a adjetivação pejorativa desta própria produção. Não é somente a invisibilização de saberes culturais e sociais que está em curso, mas também o genocídio da juventude negra que sofre substancialmente com o sucateamento como políticas de governo. Faz-se necessário construir um currículo enegrecido que evidencie essas outras epistemologias. E no âmbito da geografia, utilizaremos esse currículo como forma de desconstruir as imagens eurocentradas do território brasileiro, desconstruir a África imaginada, dentre outras possibilidades de intervenção. De fato, é disputar a dimensão epistêmica. Entender que há projetos de territórios a partir da dimensão racial.

Outra pauta trabalhada por Djamila é o processo de questionamento da cultura que consumimos. Questionar a cultura que consumimos implica em questionar o modo de produção capitalista que forja subjetividades, padrões de consumo e cultura, fabrica ilusões, sobretudo a partir dos padrões de vida ocidentais. Estas reflexões são

importantes para a construção da luta antirracista, muito embora seja preciso construir alguns tensionamentos pontuais, como ficou evidenciado no decorrer do texto.

No entanto, precisamos pensar em estratégias particulares a geografia. A geografia escolar ainda deixa muito a desejar à luta antirracista. Desse modo, é fundamental pensarmos no livro didático, na formação docente, na prática pedagógica, dentre outras questões que podem ser discutidas do ponto de vista da dimensão racial. É buscar desalienar o processo pedagógico, e entender a educação na perspectiva da luta de classes, mas sem perder de vista a dimensão racial.

Com o surgimento da geografia crítica, tem sido possível abordar vários aspectos relacionados à realidade social dos estudantes, que incluem a cultura, saberes, ancestralidade, lugar, território, raça, gênero, dentre outros elementos que são próprios da geografia.

### **Algumas estratégias para uma geografia antirracista na escola**

É importante se questionar sobre como a educação para as relações étnico-raciais está sendo construída no âmbito do ensino da geografia na escola. Esse questionamento é importante para que professores possam rever suas práticas, atitudes e planejamentos. Uma das estratégias fundamentais para a consolidação de uma geografia antirracista na escola é a construção de uma formação inicial e continuada de professores que dêem conta de abordar o racismo, as etnias, os povos africanos, população negra e comunidades tradicionais a partir de uma cosmovisão outra, que não ignore essas outras epistemologias. Perceber os marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e desenvolver uma formação inteiramente política e pedagógica com o compromisso de contribuir com a luta antirracista, como propõe Brasil (2004).

É fundamental que os cursos de formação de professores superem a ideia de que as questões étnico-raciais precisam ser discutidas somente em algumas datas históricas. A licenciatura em geografia precisa avançar de modo a garantir a implementação do componente curricular Geografia da África ou algo similar, visto que “o estudo do território africano confunde-se com o tempo como produto histórico, evidenciando-se uma íntima relação entre o espaço geográfico e os eventos da História” (ANJOS, 2005,

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

p. 175). Infelizmente, ainda pensamos sobre o continente africano de forma restrita, às vezes, de maneira anacrônica, criando representações de África de forma pejorativa.

Não podemos pensar em África, diversos grupos étnicos e população negra somente em determinados períodos da história, mas é estar revisitando a história a todo o momento, de modo a compreendermos o presente com um olhar mais apurado e honesto. De acordo com Anjos (2005, p. 174) “o sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica que, junto com os meios de comunicação social, mantém uma estrutura classista, transmissora de valores distorcidos e individualistas”.

Nesse sentido, a educação é também um problema, e não a única saída para a conscientização e emancipação social. Por isso, faz-se necessário disputar a pedagogia e construir um ensino que capture todos os sujeitos da/na escola e os envolva como interlocutores e protagonistas do ensino e aprendizagem. Inquestionavelmente, a educação é um dos processos essenciais para a formação do sujeito, mas é fundamental pensar como a escola compreende as relações étnico-raciais, como cada componente curricular compreende e trabalha o racismo, a etnicidade e a população negra e africana. É problemático enxergar a educação como solução, pois a escola e demais instituições de ensino são racializadas, os grupos humanos são racializados. Portanto, a escola não é o único agente da mudança. E para pensar a educação como um dos agentes de mudança, precisamos compreender o racismo enquanto sistema de opressão que se baseia na raça como forma de segregar, marginalizar, explorar e excluir.

No âmbito da formação de professores e na escola, precisamos está buscando enegrecer o currículo, o que irá incidir na construção de uma aprendizagem afro referenciada, que evidencie essas outras histórias que foram e ainda são ignoradas, bem como construir a visibilidade das vozes oprimidas e adjetivadas na academia. Não limitar as discussões sobre África somente ao campo dos programas de pós-graduação, mas contemplar na formação inicial. Este é um dos grandes desafios para os cursos de licenciatura em geografia. Assim, iremos construir horizontes e estratégias de luta antirracista, incitando a participação efetiva de pesquisadores negros na academia, na pesquisa, ensino e

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.347

extensão, dentre outros sujeitos comprometidos com o rompimento de estruturas. Dessa forma, compreendemos que:

Urge a necessidade de se fazer presente a inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica, não como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e tecem conhecimentos diversos, na composição de um pensamento que rompe com as premissas epistemológicas “de uma ciência que ‘nos’ coloniza e ainda ‘nos’ coloca na posição de objeto do discurso científico” (BARBOSA, OLIVEIRA, 2020, p. 377).

É possível construir o ensino sobre as questões étnico-raciais em cartografia, geografia da população, geografia do Brasil, geografia urbana, geografia agrária, geografia política, educação ambiental, geografia da energia e da indústria, hidrografia, dentre outras possibilidades. Além disso, a geografia precisa discutir Milton Santos, Renato Emerson dos Santos, Rafael Sanzio dos Anjos, Alex Ratts, Denilson Araújo de Oliveira, e tantos outros autores negros que ainda não temos acesso as suas produções na academia e, que tampouco, conhecemos.

A falta de intelectuais negros e negras na universidade e nas bibliografias implica no apagamento da intelectualidade negra e das epistemologias negras na construção do conhecimento. Isso significa que o campo universitário acaba por reproduzir e manter essa política excludente e racista, com uma produção eurocêntrica e eurocentrada na supremacia branca europeia, e “reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade (BARBOSA, OLIVEIRA, 2020, p. 382).

O principal desafio está na formação inicial de professores. Caso não tenhamos uma formação que contemple toda essa abordagem epistemológica, pouco será possível construir estratégias de atuação na educação básica e em outros espaços de formação. Nas licenciaturas em geografia, os componentes curriculares devem dialogar incisivamente com estas pautas, buscando com que os estudantes consigam visualizar como a geografia pode contribuir para trabalhar as relações étnico-raciais.

Desse modo, um dos primeiros passos perpassa pela formação inicial no âmbito da academia. Estas inquietações evidenciam outra estratégia extremamente importante, que é a necessidade dos professores de geografia na escola conseguir visualizar as possibilidades de trabalho das temáticas étnico-raciais nos conteúdos programáticos da geografia. Construir uma formação onde os discentes possam futuramente, no seu lócus de atuação profissional, enriquecer o planejamento e a abordagem das questões étnico-raciais nas aulas de geografia.

O ensino de geografia precisa se fundamentar nos conceitos geográficos, basilares para subsidiar o raciocínio geográfico, compreendendo as dinâmicas sociais, espaciais e raciais em diferentes escalas. Problematizar a realidade a partir de um vasto corpo teórico-metodológico: território, região, lugar, paisagem, espaço, ambiente, natureza e redes, e desconstruir estigmas e preconceitos que a geografia reforça na escola, tudo isso a partir da dimensão racial para análise do espaço e dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais que o constitui.

É importante que as escolas invistam em formação continuada para o quadro de professores. Não só a escola, mas os profissionais devem investir em estudos autônomos, desenvolver pesquisa, participar de eventos científicos, dentre outras atividades que possam auxiliar na formação continuada e que tenham as questões étnicas e raciais como foco e prioridade.

Diante das sistemáticas de estudo, é importante perceber como as relações étnico-raciais estão presentes no âmbito da geografia no ensino fundamental e ensino médio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já que este documento se constitui como uma orientação pedagógica que apresenta uma vasta dimensão política, pedagógica e epistemológica.

Esses diálogos múltiplos da geografia com as relações étnico-raciais desenvolvem linguagens e habilidades que estimulam a criticidade do estudante, o convívio com povos e culturas, respeitando as diferenças e construindo uma análise que leva em conta o raciocínio geográfico. Desse modo, o texto da base ao buscar construir as proposições para a geografia no ensino fundamental, elucida questões relativas as relações étnico-

raciais, muito embora seja uma abordagem restrita, implícita e, as vezes, mais problematizadas (SOUSA JÚNIOR, 2021, p. 10).

É fundamental dialogar com outros documentos que orientam o ensino de geografia e investigar como se constrói as relações étnico-raciais ou se minimamente as relações raciais estão sendo contempladas nestes documentos. Outra estratégia para pensarmos numa geografia antirracista é o estudo do livro didático de geografia. Cabe investigar, a partir dos questionamentos e inquietações, como a população negra, continente africano e comunidades tradicionais estão evidenciadas nos livros didáticos. Que estereótipos são reforçados nas páginas dos livros didáticos, que repercutem na construção de um imaginário social. Analisar o livro didático é condição fundamental para a sistematização de estudos e combate ao racismo e aos diversos aspectos humanísticos e sociais que reproduzem estigmas.

No que tange ao livro didático, “as imagens estereotipadas apresenta sempre uma África selvagem, em que a população negra vive de forma rústica, quando não de forma miserável” (RATTS *et al*, p. 51, 2006). O livro é um recurso didático importante para os estudantes e para o planejamento e prática pedagógica dos professores. No entanto, devemos evitar usar o livro didático como currículo escolar, uma vez que este material ainda apresenta problemas de diversas ordens. Sobre este material, ressaltamos que:

Primeiramente, constatamos poucas referências e menções sobre a população negra nos livros. Isto se constitui como um problema, uma vez que, apesar de o segmento negro se colocar como um amplo contingente populacional e estabelecer uma grande contribuição para a nação em vários aspectos, este permanece à margem não só da sociedade, mas também das várias formas de representação. Um segundo ponto problemático que constatamos é que essas escassas apresentações da população negra se caracterizam, na grade maioria dos casos, em estereótipos. (RATTS *et al*, p. 51, 2006).

Dito isto, é fato que a história dos povos africanos não é anunciada de forma honesta na construção do território brasileiro, no legado histórico que estes povos deixaram para a cultura brasileira. Não falamos de líderes que fizeram resistência ao saqueamento e

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.347

seqüestro dos recursos naturais e combate a expropriação das riquezas brasileiras. Essa luta não é narrada no âmbito da geografia.

Ainda no âmbito do livro didático de geografia, cabe fazermos uma leitura atenta dos mapas, decodificando-os de maneira a desconstruirmos uma leitura racista e eurocêntrica. Entender o porquê de a cartografia representar o território africano de maneira pejorativa e a forma como África está inserida na leitura dos estudantes, desconstruir por meio dos mapas a ideia de que a Europa é o centro do mundo e perceber que África é o berço da humanidade.

Pensar o espaço urbano e as segregações socioespaciais, entendendo que o racismo não é biológico, mas um problema social e histórico que tem a capacidade de espacializar as desigualdades, e evidenciar que “a formação dos territórios negros não pode ser pensada de maneira dissociada de outros processos de urbanização, como a segregação racial, que é a representação espacial do racismo” (NOGUEIRA, 2018, p. 213). Ler o mundo a partir da geopolítica da África, das contribuições desse território para a economia mundial. Desconstruir os preconceitos contra as religiões, tradições e costumes de matriz africana, que inclusive, demonizam a religião vodum, dentre outras possibilidades de discussão antirracista e anticolonial.

Infelizmente, o livro didático apresenta construções teóricas que invisibiliza a compreensão do continente africano de forma positiva, revelando a necessidade de um estudo sistemático e coletivo do livro didático. É estratégica também a criação de materiais didáticos em geografia que possam referenciar a história numa outra perspectiva. Ou seja, materiais que sejam instrumentos de aprendizagem, que auxiliem na prática pedagógica do professor, bem como maquetes, dentre outras produções.

Trabalhar projetos no âmbito da geografia que tenham um caráter multiétnico, e que dialoguem com outros componentes curriculares, envolvendo a comunidade, e demais sujeitos, se constitui como uma rica estratégia de formação. Consideramos estratégico também que se possa utilizar a linguagem cinematográfica no ensino de geografia, visto que o cinema é um dos recursos didáticos que apresenta um vasto repertório sociocultural. “É, portanto, uma produção cultural importante para a formação do

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

intelecto das pessoas, porque com ele aparecem questões cognitivas, artísticas e afetivas de grande significado”. (PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE, 2009, p. 265). Os filmes podem enriquecer as discussões geográficas e dar subsídio para a fundamentação teórica de textos dissertativos argumentativos, a exemplo da redação do Enem.

Por fim, é importante que os professores consigam entender a importância da pesquisa como estratégia de ensino para o desenvolvimento pedagógico e formativo. Reconstruir a geografia numa outra perspectiva epistêmica que busque mudar o currículo e desnaturalizar preconceitos e situações adversas na sala de aula e na escola. Consideramos fundamental investir em pesquisa para que seja possível mudar as relações entre os sujeitos na escola e reconhecer a necessidade das políticas de reparação, situando as questões étnico-raciais e a geografia escolar numa perspectiva histórica e epistemológica.

### **Considerações finais**

Este artigo, ancorado na pesquisa qualitativa, se propôs a elucidar algumas estratégias essenciais para a construção de uma geografia antirracista na escola, considerando-se nossas vivências e experiências. Todas estas estratégias são cruciais para avançarmos minimamente na construção de uma educação para as relações étnico-raciais.

Evidentemente, a geografia apresenta uma vasta possibilidade de discussão das relações raciais, o que nos leva a questionar a cultura escolar imposta, ancorada numa perspectiva eurocêntrica da ciência ocidental. Nota-se que a geografia potencializa as discussões sobre as temáticas presentes nas leis nº 10.639/03 e 11.645/08, nos oportunizando construir uma bibliografia comprometida com a luta antirracista.

Enquanto considerações provisórias, pode-se afirmar que ainda devemos avançar em práticas pedagógicas antirracistas, rever conteúdos, rever currículo, modificar a cultura escolar, fortalecer a formação inicial e continuada além de socializar o debate em todos os espaços possíveis para que seja possível construir um processo de luta e de formação antirracista, principalmente na escola e em outros espaços educativos.

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Entendemos que estas estratégias são basilares, mas extremamente urgentes para começarmos a pensar numa escola menos desigual, mais humana e plural. Cada componente curricular deve abraçar a proposta de uma educação antirracista e explorar as possibilidades concretas de luta antirracista.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. (Org.). 2º edição. Belo Horizonte: editora gutenber, 2009.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2º edição. Brasília: Ministério da educação, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.html) Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. **Lei 9394/1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/02/2020.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2º edição. Brasília: Ministério da educação, 2005.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1º edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MANOEL, Jones. Duas teses sobre a questão racial. **Portal Eletrônico Blog da Boitempo** [28/11/2019]. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/28/duas-teses-sobre-a-questao-racial-no-brasil/>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

Júnior, *Estratégias para a construção de uma geografia antirracista na escola*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.347

- NETO, Eduardo Rios.; RIANI, Juliana de Lucena Rios. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.** (Org.). 2ª edição. Belo Horizonte: editora gutenberg, 2005
- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n.1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/234423>. Acesso em: 19/03/2021.
- RATTS, Alex.; RODRIGUES, Ana Paula Costa.; VILELA, Benjamim Pereira.; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia (Representations of Africa and blackpeople in didactic books of Geography). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 8, n. 1, 2006. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/89>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: RIBEIRO, W. C. (org.). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de geografia no Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.** (Org.). 2ª edição. Belo Horizonte: editora gutenberg, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia. Quase pretos, quase brancos. **Portal Eletrônico Pesquisa FAPESP** [Abril de 2007]. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/quase-pretos-quase-brancos/>. Acesso em: 18 out. 2021.
- SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues de. A geografia e as relações étnico-raciais na bncc: reflexões a partir de estudos formativos no programa residência pedagógica. **Revista Conexão ComCiência**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/4817>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- OLIVEIRA, Franciane da Silva Santos.; BARBOSA, Lia Pinheiro. Epistemologias marginalizadas: a questão racial no debate sociológico latino-americano. **Revista Afro-Asia**, n. 62, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/34966>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PONTUSCHKA, NídiaNacib.; PAGANELLI, Tomokolyda.; CACETE, NúriaHanglei. **Para ensinar e aprender** Geografia. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.** (Org.). 2ª edição. Belo Horizonte: editora gutenber, 2009.

**Data de Submissão: 16/04/2021**

**Data da Avaliação: 18/10/2021**